



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de equipamento para profilaxia e tratamento periodontal com tecnologia AIRFLOW, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO E ACESSÓRIOS	UNIDADE	QDADE	CATMAT	PREÇO MÁXIMO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO ESTIMADO TOTAL
	<p><u>Especificações Técnicas</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Funções mínimas: profilaxia, raspagem supragengival e raspagem subgengival e raspagem peri-implantar. Remoção de biofilme, manchas e tártaro supra e subgengival, com jato de ar e ultrassom piezocerâmico de energia linear• Pressão de ar e água ajustável;• Eixo da turbina em metal inoxidável;• Turbina em metal com liga a base de cobre e estanho;• Uma peça de mão para profilaxia com sistema de iluminação LED, autoclavável, e emissão de água e pó contínua;• Uma peça de mão autoclavável para limpeza de bolsas periodontais/periimplanteres, uso com bico plástico flexível;• Uma peça de mão ultrassônica piezocerâmica com sistema de iluminação LED, potência aproximada de 8 W e frequência entre 24-34 kHz;• Duas câmaras de pó: uma para utilização de glicina e					

1 Equipamento para profilaxia e tratamento periodontal com tecnologia AIRFLOW e acessórios	<p>eritritol (granulometria 14microgramas) e outra para utilização de bicarbonato de sódio (granulometria 40microgramas), com vácuo máximo gerado de aproximadamente 800 mmHg;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de aquecimento de água ajustável entre 0 e 40 graus; • Tela operável pelo toque para ajuste das funções do equipamento; • Pedal sem fio com comunicação bluetooth, a bateria; • <u>Dimensões aproximadas:</u> 25x26x30cm (AxLxC); • Bivolt (100 a 240V), potência 50 - 60 HZ; <p><u>Componentes acessórios</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Uma ferramenta removedora do bico da peça de mão e 20 bicos plásticos flexíveis milimetrados; 2. Três pontas de ultrassom periodontal, três chaves de torque e 4 guias de luz LED, 3. Cinco pontas de ultrassom revestida em carbono (mínimo 30%) e uma chave de torque, 4. Dois recipientes com capacidade aproximada de 1 litro para uso de solução irrigadora, 5. Um prendedor de cabos, 6. Seis frascos reveladores de biofilme em dois tons (vermelho e azul), contendo 250 unidades cada, 7. Nove garrafas de alumínio de pó de eritritol (14 µm) com 400g cada, 8. Cinco frascos de bicarbonato de sódio (40 µm) de 300g cada, 9. Um kit de ferramentas para treinamento no uso do equipamento, 10. Manual e laudo técnico 					
	UNIDADE	1	352771	R\$ 78.931,10	R\$ 78.931,10	

	do equipamento.					
	<p><u>Garantia</u></p> <p>O prazo de garantia do equipamento será de no mínimo 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do Termo de Recebimento Definitivo emitido pelo Tribunal, contra quaisquer defeitos de fabricação e montagem/instalação.</p> <p><u>Documentação Técnica</u></p> <p>1) Documento comprobatório da notificação/registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013.</p> <p>2) Comprovação de que o equipamento sob Regime de Vigilância Sanitária contém o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO afixado nele.</p> <p>3) Poderá ser solicitada aos participantes melhores classificados a apresentação de fôlderes, prospectos, catálogos ilustrativos originais do fabricante, os quais deverão estar em língua portuguesa e conter especificações claras e detalhadas dos materiais em aquisição, a fim de verificar se eles atendem às especificações solicitadas neste termo de referência.</p> <p>Modelo: AIRFLOW Prophylaxis Master - EMS</p>					
	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO DA DESPESA	78.931,10				
	<i>Intervalo mínimo entre lances sobre o valor unitário</i>	1,00				

1.2. Em caso de divergência entre a descrição do equipamento indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, **prevalecerá** esta última.

1.3. O equipamento objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), podendo ser localizados usualmente no mercado.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Portaria DG/TRE/MS nº 131/2023.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo I-A do Edital.

2.2. Foi autorizada a inclusão da contratação pretendida no Plano de Contratações, conforme Despacho 23535 AEDG (1705513).

2.3. Justifica-se o presente objeto, pela necessidade de aquisição de equipamento de profilaxia e tratamento periodontal com tecnologia AIRFLOW, para atender os beneficiários do Plano de Assistência à Saúde do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

2.4. A justificativa da escolha do equipamento, **AIRFLOW Prophylaxis Master da marca EMS** está descrita abaixo:

2.4.1. O AIRFLOW é um equipamento inovador para a realização do tratamento básico periodontal (profilaxia e raspagem para remoção de tártaro), que é o principal procedimento realizado na Unidade de Assistência Odontológica do TRE-MS.

2.4.2. Um dos diferenciais do equipamento é operar com água aquecida minimizando o trauma térmico nas estruturas dentais, tornando o procedimento mais confortável para o paciente, principalmente para os que têm hipersensibilidade nos dentes. Ele utiliza como substância para limpeza do biofilme (placa bacteriana, principal responsável pelo desenvolvimento da cárie dentária, gengivite e periodontite), o eritritol, que é um pó de cor branca e granulação fina. A empresa Suíça EMS com sua tecnologia conseguiu produzir este pó extremamente fino, com uma granulometria de 14 µm, aliado com a potência do jato permite que seja removida todas as manchas sem precisar utilizar as técnicas de raspagem ou outras técnicas utilizadas nos métodos convencionais. Conta com uma tecnologia laminar patenteada que gera um jato controlado, reduzindo a formação de aerossol (principal responsável pela disseminação de infecções no consultório odontológico), e consumindo cerca de 27% menos pó em comparação aos equipamentos disponíveis no mercado.

2.4.3. Possui o protocolo GBT (Guided Biofilm Therapy) Terapia Guiada pelo Biofilme, que conta com um revelador que mostra, em duas cores o tempo da presença da placa bacteriana no dente do paciente, uma cor é para as placas de biofilme mais novas e a outra para placas de biofilme mais antigas, esse guia de pigmentação permite visualizar com clareza se alguma área permanece pigmentada, caso não, dispensa a necessidade de voltar com o jato ou utilizar ultrassom e instrumentação manual, com isso é possível economizar 30% do tempo utilizado nos atendimentos.

2.4.4. O equipamento permite limpar dentes naturais, restaurações, próteses convencionais, próteses sobre implantes e até 4mm da região subgengival, uma das grandes vantagens do eritritol, já que o bicarbonato não pode ter contato com a gengiva (provoca sangramento e dor).

2.4.5. É possível resolver 90% dos casos apenas com o jato, mas para aqueles cálculos mais duros é possível utilizar o ultrassom piezocerâmico com energia linear e dinâmica (tecnologia sem dor – “NO PAIN”), possui uma inteligência artificial que detecta o que é dente, o que é cálculo e coloca força apenas onde o cálculo é encontrado.

2.4.6. O AIRFLOW é um equipamento único que faz a profilaxia e raspagem periodontal em dentes e implantes, também de maneira única, porque com ele é possível fazer o tratamento do começo até o fim, sem precisar utilizar nenhum outro equipamento ou instrumentos manuais, o que gera economia de tempo e insumos.

2.4.7. Em pesquisas realizadas pela unidade demandante UAO o equipamento modelo AIRFLOW® PROPHYLAXIS MASTER, de fabricação da empresa EMS Electro Medical Systems S.A, foi o único modelo encontrado que atende as necessidades da UAO quanto:

a) Realização de tratamento básico periodontal sem dor;

b) Redução do tempo de atendimento, uma vez que elimina a fase da instrumentação manual, sem comprometer o resultado final;

2.4.8. A redução da dor aumenta a aceitação do paciente para o tratamento com uso de jato e ultrassom, situação que associada a suspensão da necessidade de instrumentação manual, reduz significativamente o tempo de atendimento clínico. Com a redução do tempo dos procedimentos clínicos, busca-se aumentar o número de pacientes atendidos na Unidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições para aquisição de material permanente para a realização de profilaxia e raspagem periodontal pela Unidade de Assistência Odontológica do TRE-MS.

3.2. A empresa proponente deverá ofertar equipamento do fabricante EMS, que atenda às

especificações exigidas, bem como os componentes acessórios, conforme descrito na tabela constante no capítulo 1 deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação se dará na forma de aquisição imediata, sendo a contratada responsável pelo contato com a empresa EMS, fabricante do equipamento, que fornecerá as orientações técnicas de instalação e treinamento da equipe de trabalho, para a correta utilização do equipamento.

4.1.1. Todos os custos inerentes ao fornecimento e transporte devem estar incluídos na proposta, sendo vedado qualquer ônus posterior à Administração.

4.2. O equipamento e acessórios deverão ser entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas.

4.3. O equipamento deverá ser fornecido com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e outros pertinentes.

Sustentabilidade

4.4. Quanto aos critérios de sustentabilidade, a empresa deverá apresentar:

a) Documento comprobatório da notificação/registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013;

b) Comprovação de que o equipamento sob Regime de Vigilância Sanitária contém o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO afixado nele.

4.5. A empresa deverá ainda atender, quando aplicável:

a) utilização de embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

b) menor utilização de recursos naturais em seus processos produtivos;

c) menor impacto sobre recursos materiais como flora, fauna, ar, solo e água;

d) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

e) menor presença de materiais perigosos e tóxicos;

f) maior vida útil;

g) geração de menor volume de resíduos;

h) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

Consórcio

4.6. Tendo em vista o valor da contratação, complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitida a participação de consórcio na presente contratação.

Garantia da Contratação

4.7. Não haverá exigência de garantia da contratação prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pela natureza da contratação.

4.8. A garantia do equipamento e acessórios está descrita nas especificações do item, conforme tabela constante na cláusula 1.1. deste Termo de Referência e não se confunde com aquela citada na cláusula 4.7.

Subcontratação

4.9. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de **30 (trinta) dias após o recebimento da nota de empenho**, ou seja, a contratação se dará na forma de aquisição imediata.

5.1.1. Fica a empresa vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens

eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, no 1º dia útil seguinte ao seu envio.

5.2. A empresa contratada deverá realizar a entrega do equipamento e acessórios na Unidade de Assistência Odontológica localizada no prédio sede do TRE-MS, situado na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, Campo Grande-MS, nos horários de 07h30 às 12h e 13h às 17h, de segunda à sexta-feira.

5.2.1. Deverá ser previamente agendada, no mínimo com 2 dias úteis de antecedência, através do telefone (67) 2107-7021, (67) 99211-6774 ou e-mail patricia.rabacov@tre-ms.jus.br.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5.5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

5.6. O prazo de garantia do equipamento e acessórios será de no mínimo 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do Termo de Recebimento Definitivo emitido pelo Tribunal, contra quaisquer defeitos de fabricação e montagem/installação.

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter o equipamento e acessórios fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Tribunal.

5.8. A contratada deverá prestar assistência técnica durante todo o período de garantia, reparando ou substituindo peças com defeito de fabricação ou funcionamento, sem ônus ao tribunal.

5.9. O pedido de substituição do objeto ou eventuais reparos, durante o período de garantia, será formalizado por notificação enviada por AR, e-mail ou outro meio hábil de comunicação, devendo os serviços serem realizados no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da notificação.

5.10. Caso seja necessária a substituição do equipamento ou alguma peça acessória, por algum motivo, os novos itens devem ser idênticos aos constantes da proposta original.

5.11. Todas as despesas de transporte, retirada e devolução dos itens constantes do objeto, serão de responsabilidade de contratada, sem ônus adicional para o contratante.

5.12. A solicitação para substituição de itens defeituosos deverá ser recebida e identificada pela contratada para contínuo acompanhamento pelo contratante dos prazos para a substituição.

5.13. O equipamento e acessórios deverão vir acompanhados dos respectivos certificados de garantia e manuais de operacionalização e regulação.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.

6.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), cabendo:

a) Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à

execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

c) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou autoridade competente. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

f) Comunicar ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

i) Manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

j) Formalizar processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.6.1. requisitar o fornecimento, mediante Requisição de fornecimento;

6.6.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada;

6.6.3. Conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

6.6.4. Acompanhar a entrega dos materiais pela contratada;

6.6.5. Outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. Os materiais serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.1. O recebimento provisório e definitivo dos materiais ficará à cargo da Unidade de Assistência Odontológica (UAO), conforme descrito a seguir:

a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;

b) condições da embalagem e/ou do material;

c) quantidade entregue;

d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

7.1.2. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7.1.1 acima, será registrado o **recebimento provisório** mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

7.1.2.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo dos materiais.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo detalhado, devendo ainda ser verificado:

- a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;
- b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- c) realização de testes, quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário;
- d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos materiais nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

7.9. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

7.9.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

Da emissão da Nota Fiscal/Fatura

7.10. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

7.10.1. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.11. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

7.11.1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.12. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em extinção contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

7.12.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.13. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

Prazo de pagamento

7.14. O pagamento será efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pela contratada.

7.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.16.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, se este for devido.

7.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.18. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i =$ taxa percentual anual do valor de 6%, $I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. Considerando que, para o objeto deste Termo de Referência, já houve pregão, cujo resultado foi licitação fracassada, será realizada CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, mediante critério de Menor Preço, nos termos do art. 75, III, "a" e "b" da Lei 14.133/2021, que dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:

a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;

b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

8.1.1.Segundo referida legislação, para ser dispensável a licitação, devem ser mantidas todas as condições definidas em edital da licitação fracassada e esta deve ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, como se dá no presente caso, a sessão pública foi realizada em 29/08/2025, conforme relatório de julgamento (1911739), cujo resultado foi licitação fracassada.

8.2. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos materiais ofertados pelas empresas proponentes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

8.2.1. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.

8.2.2. Ainda que a proposta tenha sido aceita, nova análise será realizada no momento da entrega dos produtos e, caso o material não atenda às especificações deste Termo de Referência, o recebimento definitivo não será realizado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá a empresa comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Para a estimativa dos valores da contratação foram considerados os valores praticados no mercado virtual, convencional e em contratação similar realizada por outro órgão público.

9.2. Os preços máximos admitidos pelo Tribunal constam do quadro da cláusula 1.1. deste Termo de Referência.

9.2.1. O preço ofertado na proposta da empresa interessada para o item da contratação deverá respeitar o valor unitário máximo indicado no quadro da cláusula 1.1, sob pena de desclassificação da proposta.

9.3. Para fins de reserva orçamentária, a despesa total estimada com a presente contratação é de **R\$ 78.931,10** (Setenta e oito mil, novecentos e trinta e um reais e dez centavos).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação do TRE/MS será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;

II) Fonte de Recursos: 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;

III) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054;

IV) Elemento de Despesa: 4490.52.08;

V) Plano Interno: INV PERMAN

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de **15 (quinze) dias úteis, contado da notificação**.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação na data do envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

11.2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) quando o contratato der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar imposição de penalidade mais grave;
- b) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência.

11.3. Será aplicada **MULTA**:

- a) de **0,25%** (zero vírgula vinte e cinco por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de **atraso** superior a 5 (cinco) dias úteis, no **fornecimento do material**, contado desde o primeiro dia de atraso até o 30 (trigésimo) dia. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de aplicação de multa, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de extinção;
- b) de **2%** (dois por cento) sobre o valor total da contratação, por ocorrência, no caso de **atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) necessário para pagamento**;
- c) de **7%** (sete por cento) sobre o valor total da contratação, caso a **entrega do material esteja em desacordo com o contratado**, no aspecto quantitativo e/ou qualitativo;
- d) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de **desatendimento de cláusulas do Termo de Referência não especificadas neste item**;
- e) de **20%** (vinte por cento) do valor total da contratação, se a contratada recusar-se a entregar o material, sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições estabelecidas, levar o Tribunal a extinção da **contratação**, podendo ser cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

11.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

11.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

11.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 11.3.2 e 11.3.3 abaixo;

11.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, em prazo não inferior a 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

11.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

11.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

11.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

11.3.6. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

11.3.7. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

11.3.8. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com quaisquer das demais penalidades previstas neste instrumento.

11.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a União, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando o contratado:

- a) der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) der causa à inexecução total da contratação;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.5. Será aplicada a penalidade de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** quando o contratado:

- a) prestar declaração falsa durante a execução da contratação;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.5.1. Também será aplicada a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, nas hipóteses previstas no item 11.4, quando justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.5.2. Aplicada a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, o contratado estará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.5.3. A aplicação da penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE é de competência exclusiva da autoridade máxima do TRE/MS

11.6. A aplicação das **sanções previstas neste capítulo** serão apuradas nos termos da em processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a empresa proponente ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a empresa proponente ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.6.3. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

11.8. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.11. As sanções de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** e **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** admitem reabilitação, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "a" e "d" do subitem 11.5 exigirá, como condição de reabilitação da empresa proponente ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

11.12. Da aplicação das sanções **ADVERTÊNCIA, MULTA E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.12.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.13. Da aplicação da sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.15. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)/Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 11.3.7.

11.16. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.17. Antes da aplicação das sanções previstas neste Capítulo, a contratada será notificada para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.18. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.18.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.19. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Termo de Referência ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12. DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

12.1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência.

- 12.2. Exigir da empresa contratada o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
- 12.3. Verificar a manutenção pela empresa contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
- 12.4. Aplicar penalidades à empresa, por descumprimento contratual.
- 12.5. Efetuar o pagamento à empresa contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

13. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 13.1. Realizar o fornecimento dos materiais decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência.
- 13.2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
- 13.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionado à prestação do serviço, sendo de inteira responsabilidade da empresa a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do serviço.
- 13.4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos materiais, na forma disposta neste Termo de Referência.
- 13.5. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).
- 13.6. Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-Geral 176/2023, a qual dispõe sobre procedimentos para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.
- 13.7. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
- 13.8. O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso).
- 13.9. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

Campo Grande, outubro de 2025.

Patrícia Taques Rabacov Alonso Costa
Integrante Demandante

Edismar Martins da Silva Lima
Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **EDISMAR MARTINS DA SILVA LIMA, Técnico Judiciário**, em 10/10/2025, às 13:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PATRÍCIA TAQUES RABACOV ALONSO COSTA, Analista Judiciário**, em 13/10/2025, às 08:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1932907** e o código CRC **07B6BFB2**.



